



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo nº: **0022083-44.2012.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Cumprimento de Sentença - Liquidação / Cumprimento / Execução**
 Requerente: **Jeferson Henrique Martins**
 Requerido: **Wilson Corneta**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Silvio Moura Sales**

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DECIDO.

Trata-se de embargos à execução fundada em título executivo judicial.

As matérias suscitadas pelo embargante não se enquadram nas previstas no art. 52, inc. IX, da Lei nº 9.099/95 e por esse motivo seria de rigor sua rejeição liminar.

Todavia, considerando que o embargado já se manifestou nos autos, reputo como melhor alternativa a análise das alegações formuladas.

Assentada essa premissa, destaco que os aspectos fáticos suscitados a fl. 66, item 3, não beneficiam o embargante.

Na verdade, eles dizem respeito ao negócio firmado entre as partes e que rendeu ensejo ao processo de origem.

Neste foi prolatada a r. sentença cuja cópia se encontra a fls.09/13, cristalizada no título exequendo.

Tais elementos firmam a certeza da impossibilidade da discussão em torno daquela transação ser reaberta, porquanto com o trânsito em julgado do decisório aludido o que restou por ele definido há se prevalecer.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL
RUA SORBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-760

Por outro lado, a existência de possível débito alimentar a cargo do embargante não altera sua situação nos presentes autos porque ele não interfere na relação estabelecida com o embargado.

Inexiste, ademais, base à instauração de concurso de credores, de sorte que o argumento no particular não vinga.

A conjugação desses elementos, aliada à ausência de outros que apontassem para direção contrária, conduz à rejeição dos embargos opostos, prosseguindo-se a execução em seus ulteriores termos.

Isto posto, **JULGO IMPROCEDENTES** os embargos, mas deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Oportunamente, manifeste-se o embargado sobre a sequência da execução.

P.R.I.

São Carlos, 11 de outubro de 2013.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006, CONFORME
IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**